



Revista Tempos e Espaços em Educação

ISSN: 2358-1425

revtee.ppged@gmail.com

Universidade Federal de Sergipe

Brasil

Freire, Lausemar Freitas Sobrinho; Souza, Kellcia Rezende
Proposições de acompanhamento de egressos nos planos
de desenvolvimento institucional das universidades federais
Revista Tempos e Espaços em Educação, vol. 14, núm. 33, e16235, 2021, Janeiro-Dezembro
Universidade Federal de Sergipe
São Cristóvão, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.20952/revtee.v14i33.16235>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=570272348083>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Proposals for follow-up of graduates in the institutional development plans of federal universities

Proposições de acompanhamento de egressos nos planos de desenvolvimento institucional das universidades federais

Propuestas de seguimiento de egresados en los planes de desarrollo institucional de las universidades federales

Lausemar Freitas Sobrinho Freire¹ , Kellcia Rezende Souza¹ 

¹ Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil.

Autor correspondente:

Lausemar Freitas Sobrinho Freire

Email: lausemarfreitas@gmail.com

Como citar: Freire, L. F. S., & Souza, K. R. (2021). Proposições de acompanhamento de egressos nos planos de desenvolvimento institucional das universidades federais. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 14(33), e16235. <http://dx.doi.org/10.20952/revtee.v14i33.16235>

ABSTRACT

Universities fulfill the mission of carrying out teaching, research and extension based on a recognition of education as an instrument of social transformation. In this sense, public institutions are being increasingly charged for the efficiency and effectiveness of their actions. From this context, evaluation mechanisms emerge to measure effectiveness and assign concepts to Higher Education Institutions (HEIs). From the recognition of the instruments that recommend the institutional evaluation in Brazil, the mention of the planning actions, the Institutional Development Plan (PDI) becomes strategic, and in this it is observed as an indicator to be inserted, the accompaniment of graduates of undergraduate and postgraduate courses. The objective of the research is to identify the actions and goals foreseen in the IDPs of Brazilian federal universities in the Southeast region to follow up their graduates. The development of this work was through the qualitative approach with documentary research, by searching the university websites for the available institutional information. The results point to two distinct contexts, in which most of the researched institutions inserted in their macro-document the theme, one group aims to implement the policy and another group intends to advance to other follow-up stages, since it is a policy already institutionalized.

Keywords: Alumni. Planning and evaluation. POI. University management.

RESUMO

O reconhecimento da demanda da avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil, fez com que o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) fosse compreendido como um dos

principais instrumentos estratégicos para essa finalidade, e neste observa-se como indicador a ser inserido, o acompanhamento de egressos dos cursos de graduação e pós-graduação. Nessa vertente, o objetivo da pesquisa consiste em identificar as ações e metas previstas nos PDIs de 19 universidades federais brasileiras da região Sudeste para o acompanhamento de seus egressos. Para tanto, foi realizada, mediante abordagem qualitativa, uma pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Os resultados sinalizam que a maioria das instituições pesquisadas inseriu em seu macrodocumento de planejamento o tema, porém, com ações diferenciadas, dentre elas, destacamos dois grupos: um grupo visa à implementação da política e o outro pretende avançar para outras etapas do acompanhamento.

Palavras-chave: Ex-alunos. Gestão universitária. PDI. Planejamento e avaliação.

RESUMEN

Las universidades cumplen la misión de llevar a cabo la enseñanza, la investigación y la extensión basadas en el reconocimiento de la educación como instrumento de transformación social. En este sentido, las instituciones públicas están siendo acusadas cada vez más por la eficiencia y efectividad de sus acciones. A partir de este contexto, surgen mecanismos de evaluación para medir la efectividad y asignar conceptos a las instituciones de educación superior (IES). Desde el reconocimiento de los instrumentos que recomiendan la evaluación institucional en Brasil, la mención de las acciones de planificación, el Plan de Desarrollo Institucional (PDI) se vuelve estratégico, y en esto se observa como un indicador a insertar, el acompañamiento de egresados de cursos de pregrado y posgrado. El objetivo de la investigación es identificar las acciones y objetivos previstos en los desplazados internos de las universidades federales brasileñas en la región sudeste para dar seguimiento a sus graduados. El desarrollo de este trabajo fue a través del enfoque cualitativo con la investigación documental, buscando en los sitios web de la universidad la información institucional disponible. Los resultados apuntan a dos contextos distintos, en los que la mayoría de las instituciones investigadas insertaron en su macrodocumento el tema, un grupo tiene como objetivo implementar la política y otro grupo tiene la intención de avanzar a otras etapas de seguimiento, ya que ya es una política institucionalizado.

Palabras clave: Alumni. Gestión universitaria. Planificación y evaluación. POI.

INTRODUÇÃO

A Educação Superior exerce papel essencial na formação social, cultural e cidadã de seus alunos e, por conseguinte, as universidades têm incorporado em suas ações de gestão, monitoramento sistemático, planejamento, avaliação, para atender as demandas sociais e também prestar contas aos órgãos reguladores.

Neste contexto, foi instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), Lei n.º 10.861, de 2004, com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes.

Picawy (2007) ressalta que o texto da Lei SINAES refere que a avaliação das IES terá como objetivo primordial a identificação do perfil e significado de atuação, especificados nas suas diferentes dimensões institucionais e que a IES deverá obrigatoriamente, elaborar o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Para Dal Magro & Rausch (2012), o PDI é altamente estratégico, em virtude das informações divulgadas, das ações planejadas, motivo pelo qual está sendo constantemente aperfeiçoado e melhorado pelas instituições de ensino superior.

Dal Magro & Rausch (2012) descrevem as diversas dimensões do PDI: perfil institucional; gestão institucional; políticas de atendimento aos discentes; organização acadêmica; infraestrutura; aspectos financeiros e orçamentários; e avaliação e desenvolvimento institucional. E pontualmente

na dimensão que refere o atendimento aos discentes, está previsto o indicador, acompanhamento dos egressos.

É importante acrescentar que nas estratégias potencializadas pelo SINAES, especificamente no instrumento de avaliação institucional externa, está igualmente previsto, assim como no PDI, o acompanhamento do egresso. Neste viés, é preciso utilizar mecanismos adequados para conhecer a opinião dos graduados sobre a formação recebida, tanto curricular quanto ética, para saber o índice de ocupação entre eles, para estabelecer relação entre a ocupação e a formação profissional recebida. Além disso, considerar a opinião dos empregadores para revisar os planos de ensino e os programas, e se existem atividades de atualização e formação continuada (INEP, 2004).

Dessa forma, o SINAES possui uma série de instrumentos complementares para avaliação. Assim, a integração dos instrumentos permite que sejam atribuídos alguns conceitos, ordenados numa escala com cinco níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das mesmas avaliadas (INEP, 2015). Nesse sentido, estão articulados PDI e instrumento de avaliação institucional externa, mecanismos previstos para avaliação das universidades, na perspectiva da efetivação do acompanhamento de egressos nas IES.

Entretanto, o levantamento sobre a temática tem caráter notadamente inédito, pois estudos e pesquisas são escassos e levantamento sistemático e comparado de egressos são pouco observados nas instituições de ensino superior brasileiras (Machado, 2010).

Para examinar um determinado contexto, o pesquisador precisa ter um olhar empenhado para validar de forma científica seus estudos. Deste modo e a partir das informações disponibilizadas no Censo da Educação Superior 2018 visualiza-se dados dos alunos matriculados na região Sudeste, que detém o maior aporte acadêmico e possui 3.755.153 alunos matriculados em cursos de graduação presenciais e a distância nas IES públicas e privadas, números que colaboram para identificação do típico aluno de cursos de graduação na modalidade presencial, quanto ao seu perfil, esse estudante cursa bacharelado, predominantemente do sexo feminino e cursa no turno noturno, quanto ao típico aluno de graduação a distância, este frequenta um curso de licenciatura (INEP, 2019). A justificativa para o foco nas universidades federais da região Sudeste sustenta-se no fato de que esta região apresenta o maior número de alunos matriculados no ensino superior e as universidades podem contribuir, a partir da constituição de seus respectivos PDIs e planejamento de suas ações institucionais, com uma perspectiva representativa do acompanhamento de seus ex-alunos. É necessário justificar qual o/os critério/os que fizeram selecionar a região sudeste.

Em 2018, mais de um milhão e duzentos mil estudantes concluíram educação superior de graduação no Brasil (INEP, 2019), a partir destes dados, questiona-se: quais ações as universidades federais da região Sudeste têm previsto para acompanhar a trajetória profissional e acadêmica de seus graduados?

Esta contextualização e justificativa remetem à seguinte questão de pesquisa: Quais proposições as universidades federais da região Sudeste têm inserido em seus Planos de Desenvolvimento Institucional para acompanhamento de egressos?

O objetivo da pesquisa é identificar as ações e metas previstas nos PDIs das universidades federais da região Sudeste para o acompanhamento de seus egressos.

METODOLOGIA

O presente estudo objetiva identificar as ações e metas previstas nos PDIs das universidades federais da região Sudeste para o acompanhamento de seus egressos, por ser esta a região que detém o maior aporte acadêmico. E, no intuito de atingir o objetivo proposto, recorreu-se a abordagem qualitativa e realizou-se a pesquisa bibliográfica e documental. Os dados coletados foram analisados a partir das seguintes categorias de análise: identificação das universidades federais da região Sudeste, verificação dos PDIs vigentes, análise das ações previstas para

acompanhamento de egressos para elaboração de um quadro com as principais proposições de implementação.

As pesquisas bibliográficas são desenvolvidas com base em, principalmente, artigos científicos e livros, para que na consulta ao material anteriormente elaborado, sejam produzidos outros resultados a partir das contribuições de diversos autores (Gil, 2002).

Observa-se que as pesquisas documentais podem ser reelaboradas de acordo com o objeto do estudo e utilizam-se de elementos que não receberam ainda um tratamento analítico (Gil, 2002). Buscou-se utilizar a metodologia mencionada, neste caso específico, ao propor uma análise dos aspectos observáveis nos PDIs disponíveis nos sites das universidades federais brasileiras da Região Sudeste quanto às ações para acompanhamento de egressos.

Para atingir o objetivo proposto foram, inicialmente, identificadas as dezenove universidades federais da região Sudeste:

UFABC - Universidade Federal do ABC
UFES - Universidade Federal do Espírito Santo
UFF - Universidade Federal Fluminense
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora
UFLA - Universidade Federal de Lavras
UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSCar - Universidade Federal de São Carlos
UFSJ - Universidade Federal de São João del-Rei
UFU - Universidade Federal de Uberlândia
UFV - Universidade Federal de Viçosa
UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UNIFAL - Universidade Federal de Alfenas
UNIFEI - Universidade Federal de Itajubá
UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo
UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Posteriormente, ainda nesta fase, também foi verificado o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de cada universidade. Para compreender como as IES têm planejado desenvolver suas ações relacionadas ao acompanhamento de egressos foi necessária uma incursão nos PDIs vigentes e disponíveis nos sítios eletrônicos de cada uma das Universidades Federais pesquisadas. Após uma busca dos dados primários nos portais das universidades, pretendeu-se reconhecer as ações e metas propostas para realização do acompanhamento de egressos.

Posteriormente, para sistematizar as informações coletadas foi necessário elaborar quadro com os principais dados obtidos dos sítios eletrônicos das universidades, apresentando um panorama geral de como estas instituições apresentam ao público geral as informações e planejam desenvolver as ações e metas para o tema.

REFERENCIAL TEÓRICO

Gestão, planejamento e avaliação institucional nas universidades federais brasileiras

Para conferir maior racionalidade administrativa à aplicação dos recursos públicos e melhor cumprir os objetivos institucionais, o Estado Brasileiro passou a exigir de seus órgãos a aplicação de ferramentas mais qualificadas e democráticas no planejamento e gestão administrativa (Luz, 2016; Costa & Vidal, 2020). Nesse sentido, os autores defendem que a ação e responsabilização dos

gestores públicos é maior diante do desafio de realizar uma gestão que garanta a eficácia e a eficiência organizacional.

Nesse viés, exercer a gestão requer envolvimento de seus representantes para a construção de mecanismos de monitoramento e avaliação que promovam aprendizado, transparência e responsabilização e o alinhamento dos arranjos de implementação que envolvem conjuntos de políticas, programas, projetos e organizações (Brasil, 2009). Por isso, tem que se ter em mente que analisar o ambiente educacional pressupõe investigar uma realidade complexa que contempla várias instâncias, espaços, dimensões e interesses, em um determinado contexto social (Souza, 2017).

Picawy (2007) e Bizerril (2020) pontuam que uma universidade viva é aquela que pulsa na busca constante de novas respostas para o aumento de qualidade no desempenho acadêmico do ensino, da pesquisa e da extensão. Haja vista sua função social em perseguir o fortalecimento progressivo de seus compromissos com a sociedade regional e nacional, tanto pelo aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento e de gestão universitária, quanto pela transferência dos seus serviços prestados.

No contexto universitário, há um conjunto de processos a ser executado a contento, dentre uma ampla diversidade de aspectos institucionais, exemplificados por: gestão administrativa e de pessoal, planejamento estratégico institucional; sustentabilidade financeira; das políticas internas voltadas a combater a evasão discente e adequação das bibliotecas, dos laboratórios e das salas de aula (Sobral & Ramos, 2012; Andriola, 2014).

Machado (2010) alerta que a universidade deve estar atenta para que, no cumprimento de suas funções e funcionalidades e, com o objetivo de alcançar melhores resultados e atingir patamares superiores, possa inserir mecanismos de avaliação que sirvam de base para o planejamento dos próximos anos.

A partir do aprimoramento das ações de planejamento, gestão e avaliação, insere-se a relevante contribuição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que trouxe importantes transformações para a estruturação da educação nacional, dando ênfase aos processos de avaliação visando à melhoria da qualidade de ensino e, como recurso para a regulação do setor, à acreditação de instituições e cursos. Nesse contexto, a avaliação da educação superior assumiu lugar especial dentre as políticas educacionais, seja para a orientação de suas diretrizes mais amplas, seja para as ações concretas dos órgãos competentes do Ministério da Educação (INEP, 2003).

A LDB, consolidou, como pilar essencial da educação superior, a necessidade dos processos de avaliação, seja no que condiz à orientação das diretrizes políticas visando à melhoria do ensino, com vistas à qualidade; seja quanto à definição de ações de acreditação do sistema de ensino superior por parte dos órgãos competentes para avaliar, para supervisão e controle estatal (Brasil, 2003).

A primeira responsabilidade da universidade é construir a qualidade dos processos sem perder de vista os seus fins essenciais, ou seja, autonomia universitária na realização de seus procedimentos com preservação da ética, relevância científica e social (Dias Sobrinho, 2015; Batista & Kerbauy, 2018).

Para Dias Sobrinho (2010), a avaliação é a ferramenta principal da organização para implementação das reformas educacionais. O autor afirma que para impactar a sociedade e produzir as mudanças desejadas, a avaliação na educação superior altera as configurações dos currículos, das metodologias de ensino, dos conceitos e práticas de formação, da gestão, das políticas e prioridades da pesquisa, das noções de pertinência e responsabilidade social.

Enfim, tem a ver com as transformações complexas e desejadas não somente para a educação superior propriamente dita, mas para a sociedade, em geral, no mundo do conhecimento

e da economia, tanto no presente como no futuro (Dias Sobrinho, 2010; Batisti, Preto & Heinzle, 2017).

Em síntese, a elaboração, planejamento e a implementação de modelos de gestão para resultados dinâmicos, abrangentes e multidimensionais representam um grande desafio, caracterizado pela integração das agendas, pelo alinhamento das estruturas implementadoras e dos mecanismos de monitoramento e avaliação, que fortalecem o uso social e a consciência estratégica (Brasil, 2009).

Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é um documento formal, instituído de acordo com as diretrizes traçadas pela Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004, tornando obrigatório às IES a sua elaboração (Soares & Melo, 2017). Prosseguem os autores, afirmando que, de acordo com o art. 16 do Decreto n.º 5.773, de 9 de maio de 2006, o PDI é definido como um documento que identifica a IES, no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão institucional, às diretrizes pedagógicas que deverão orientar suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver.

Em consonância ao previsto pela Lei SINAES, Picawy (2007) ressalta que o PDI traz a caracterização geral da IES em caráter descritivo, consistente, nomeando toda a constituição administrativa, pedagógica e de pessoas que determinam o perfil da IES, reafirma ainda que do PDI emanam as diretrizes norteadoras do agir institucional. E para Mizael *et al* (2013) e Dias, Sousa e Vieira (2018), não basta simplesmente um aporte de recursos para administrar uma universidade, deve-se considerar a complexidade de gestão desse tipo de instituição, que envolve necessário planejamento participativo e corpo de servidores qualificado.

Soares e Melo (2017) afirmam que o PDI possui como objetivo maior, o delineamento de novas práticas para aprimorar seu modelo de gestão estratégica e apontam para os diferentes perfis de natureza macroinstitucional, como: as atividades de ensino, pesquisa e extensão de cada instituição universitária.

Luz (2016) ao pesquisar o PDI da Universidade Federal de Santa Catarina, por ser este o instrumento de planejamento da Instituição, identifica e destaca os seguintes objetivos:

Assegurar a qualidade do ensino em todos os níveis buscando novos patamares de excelência acadêmica: institucionalizar ações inovadoras nos projetos pedagógicos em todos os níveis de ensino; estabelecer uma política de acolhimento, acompanhamento e apoio pedagógico aos discentes (graduação e pós-graduação); ampliar o acesso qualificado e a efetividade dos processos de formação; promover ações de interação com os egressos e estabelecer uma política de acessibilidade educacional (Luz, 2016, p. 113).

Dal Magro & Rausch (2012) afirmam que o Plano de Desenvolvimento Institucional é requisito aos atos de credenciamento e credenciamento de instituições de ensino superior e poderá ser exigido também no âmbito das ações de supervisão realizadas pela Secretaria de Educação Superior (SeSU/MEC).

O MEC, por meio do Sistema de Acompanhamento de Processos das Instituições de Ensino Superior (SAPIENS/MEC), publicou documento destinado a servir de referência para a construção do PDI, respondendo dúvidas e questionamentos das IES (Dal Magro & Rausch, 2012). Dessa forma, a elaboração do documento deverá atender as seguintes dimensões: perfil institucional, gestão institucional, organização acadêmica, infraestrutura, aspectos financeiros e orçamentários, avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional e anexos.

Neste sentido, Freire e Mendonça (2018) indicam o percentual de Universidades Federais que referenciam em seus Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs) a temática

acompanhamento de egressos, das 63 UFs, 86% incluíram o tema pesquisado em dimensões diversas do PDI, 11% não referenciam e 3%, 2 universidades, estão em fase de elaboração de seus primeiros PDIs. As autoras concluem que a totalidade das IES pesquisadas, disponibilizam seus PDIs nos sítios eletrônicos, aspecto de extrema importância, ao se considerar os recentes avanços na implantação de uma cultura de transparência e de acesso à informação nos órgãos públicos, que propiciem gradativamente o aumento do controle social.

A tabela 1 traz um panorama dos indicadores da Dimensão Gestão Institucional do PDI.

Tabela 1. Panorama dos indicadores da Dimensão Gestão Institucional do PDI.

Dimensão	Gestão Institucional
1	Estrutura organizacional, instância de decisão e organograma institucional e acadêmico;
2	Órgãos colegiados: Atribuições, competências e composição;
3	Órgãos de apoio às atividades acadêmicas;
4	Autonomia da IES em relação à mantenedora;
5	Relações e parcerias com a comunidade, instituição e empresas;
6	Corpo docente – composição, políticas de qualificação, plano de carreira e regime de trabalho;
7	Cronograma e plano de expansão do corpo docente, com titulação e regime de trabalho, detalhando perfil existente para período de vigência do PDI;
8	Corpo técnico/administrativo – estruturação, políticas de qualificação, plano de carreira e/ou cargos e salários e cronograma de expansão;
9	Formas de acesso, programas de apoio pedagógico financeiro (bolsas);
10	Estímulos à permanência (programa de nivelamento, atendimento psicopedagógico);
11	Organização estudantil (espaço para participação e convivência estudantil);
12	Acompanhamento dos egressos.

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações disponibilizadas no site do INEP/MEC (2018).

Na tabela 1 estão descritos os indicadores da dimensão Gestão institucional, uma das dimensões que deverá estar estruturada na elaboração do PDI e que possui 12 indicadores, conforme descrição na tabela. Nota-se no indicador 12, a previsão do acompanhamento de egressos.

RESULTADOS E ANÁLISES

Perspectivas de acompanhamento inseridas nos PDIs

A seguir são apresentadas as informações coletadas na tabela com os principais dados obtidos dos sítios eletrônicos das universidades, apresentando um panorama geral de como estas instituições apresentam ao público geral em seus PDIs as informações e como planejam desenvolver as ações e metas para o tema. A tabela 2 descreve às ações propostas pelas Universidades Federais (UFs) da região Sudeste para acompanhamento de seus egressos:

Tabela 2. Ações propostas pelas Universidades Federais (UFs) da região Sudeste para acompanhamento de seus egressos.

IES	Proposições institucionais
UFJF	-Delinear uma política institucional de acompanhamento dos egressos para congregar informações das Unidades Acadêmicas.
UFLA	-Realizar estudos sobre os egressos e as implicações no desenvolvimento dos cursos; -Levantar dados sobre as ações de outras IFEs a respeito do tema; -Gerar canais de diálogo com os egressos; -Coletar dados; -Organizar informações que subsidiem decisões dos colegiados sobre o currículo dos cursos.

UFMG	-Instituir mecanismos diversificados que fortaleçam os vínculos da UFMG com seus egressos; -Estimular a realização de estudos sobre egressos dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação da UFMG.
UFOP	-Estímulo à realização de estudos sobre egressos dos cursos de graduação e pós-graduação; -Desenvolvimento de um programa permanente de acompanhamento dos egressos dos cursos de graduação.
UFSCar	-Aprimorar os mecanismos de acompanhamento dos egressos da Universidade previstos nos processos de avaliação institucional; -Promover mecanismos que favoreçam a contribuição de egressos à vida universitária, inclusive para a formação dos futuros profissionais.
UFSJ	-Identificar o perfil do egresso e criar mecanismos para avaliação de seu desempenho nos postos de trabalho quer no setor público, no privado ou no terceiro setor; -Construir uma base de dados com informações que possibilitem manter com o egresso comunicação permanente e estreito vínculo institucional; -Fomentar o relacionamento entre a universidade e seus egressos, visando ao aperfeiçoamento das ações institucionais concernentes à implementação de cursos e programas no âmbito da educação superior; -Obter informações dos empregadores que, associadas às do egresso, direcionem a tomada de decisões institucionais ou do curso; -Estimular e criar condições para a educação continuada; -Construir indicadores que subsidiem a adequação curricular às necessidades do desenvolvimento de competências e habilidades em consonância com as diretrizes nacionais para os cursos superiores; -Promover atualização acadêmica oferecendo cursos, seminários e palestras direcionadas à complementação profissional do egresso; -Integrar o egresso à comunidade acadêmica através da participação em eventos artísticos, culturais e esportivos promovidos pela Universidade; -Proporcionar a participação de egressos em atividades extensionistas (como proponente de cursos de extensão, palestrante/conferencista em eventos acadêmicos e científicos, e como colaborador em atividades de responsabilidade social); -Oferecer e divulgar a política de benefícios direcionada aos egressos da UFSJ; -Apoiar os egressos em questões de mercado de trabalho e empregabilidade; -Divulgar possibilidades e eventuais ofertas de vagas de emprego; -Proporcionar ao egresso espaço para socialização e divulgação de contribuições à sociedade (conquistas, premiações e produção artística e literária); -Possibilitar e promover o relacionamento entre antigos colegas de curso, assim como eventuais encontros entre as turmas; -Captar informações, através de ferramenta própria, para construção de indicadores que irão subsidiar a política institucional de acompanhamento do egresso.
UNIFESP	-Criar ambientes agregadores para os egressos com vista à manutenção de seus vínculos Institucionais; -Avaliar, sistematicamente, a inserção profissional de egressos dos diversos cursos, programas e projetos de pesquisa; -Revisar e atualizar programas, projetos e planos de curso, induzidos pela avaliação da inserção profissional dos egressos.
UFU	-Implantar um projeto de acompanhamento dos egressos.
UFV	-Aprimorar o acompanhamento e a interação com os egressos; -Desenvolver sistema de acompanhamento dos egressos da UFV.
UFES	-Implementar programa de acompanhamento de egressos.
UNIRIO	-Ampliar o acompanhamento dos egressos e aproximação deles com a UNIRIO; -Criar encontro bianual de egressos da UNIRIO.
UFRRJ	-Desenvolver instrumentos para acompanhamento dos egressos; -Implantar sistema virtual de acompanhamento dos egressos; -Analisar de modo permanente os dados obtidos.
UNIFAL	-Desenvolver uma ação, ao ano, visando o acompanhamento de egressos.

UNIFEI	-Implementar o Programa de Apoio e Integração de Egressos; -Estimular a integração da UNIFEI com o mercado de trabalho, por meio do monitoramento permanente da situação dos egressos; -Promover mudanças e atualizações nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação em decorrência das avaliações dos egressos.
UFABC	-Manter um canal aberto de comunicação com seus egressos, entendendo como aluno egresso todos os alunos já formados em algum curso de graduação e/ou pós-graduação pela Universidade, mesmo se ainda continuam noutros cursos de graduação ou pós-graduação na Instituição (uma vez aluno da UFABC, para sempre aluno da UFABC).

Fonte: elaboração própria com base nos dados disponíveis nos sítios eletrônicos das IES (2018).

Analisando a tabela 2 verifica-se que 10 IES pesquisadas elencam pelo menos mais de uma ação que vise ao acompanhamento, embora a institucionalização da política seja recente no país, observa-se a intencionalidade, como elemento constitutivo na sistematização das propostas da região Sudeste, às quais sugerem etapas específicas para atingir objetivos e metas conforme cronograma do PDI.

Pontualmente, as seguintes IES, UNIFEI, UFSJ e UNIFESP, inserem a perspectiva do acompanhamento sistemático da inserção profissional dos egressos. Sendo assim, a integração universidade/mercado de trabalho é fundamental como fonte de informação à IES que o formou. Para Andriola (2014) nada é mais importante do que a investigação das repercussões sociais das atividades de uma IES, por meio do acompanhamento sistemático dos seus egressos, buscando conhecer as atitudes, crenças e cultura acerca da comunidade acadêmica e da sociedade, identificando e avaliando o valor agregado pela IES.

UNIFEI, UFLA, UFSJ, UNIFESP indicam a relevância das atualizações, mudanças, implicações de seus currículos e projetos pedagógicos, mediante à captação das informações. Muitas vezes, por não receberem estas informações, as IES não obtêm o retorno necessário à avaliação do ensino ofertado, não refletem suas práticas pedagógicas e deixam de realizar as mudanças, adequações dos conteúdos ministrados.

Outra ação relevante no acompanhamento, seria realizar encontro anual ou bianual de egressos combinado com eventos científicos da universidade para aumentar o interesse da comunidade externa, entre estes, os ex-alunos, ação prevista no planejamento da UFSJ e UNIRIO.

Especificamente as universidades UFMG e UFOP referem à necessidade de realização de estudos sobre egressos da graduação e pós-graduação, valendo-se das oportunidades, inclusive, de obter retorno positivo dessa retroalimentação como, por exemplo, utilização dos resultados para aprimoramento das ações acadêmicas. Machado (2010) afirma que a utilização de mecanismos de consulta aos egressos reúne aspectos da avaliação externa, pois a avaliação pós-formação possibilita um olhar crítico e avaliação interna, pois a comunidade acadêmica vivencia cotidianamente as fragilidades e qualidades dos cursos. Para UFLA, UFSJ, UFV, UFRRJ é preciso construir uma base de dados, já que é fundamental a confiabilidade no recebimento dos dados para a obtenção de informações que propiciem futuras análises.

UFSCAR, UFMG, UFV, UFRRJ e UNIFAL apontam para o aprimoramento de mecanismos e instrumentos de acompanhamento que contribuam para a avaliação institucional, assim, estariam alinhadas ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que propõe uma avaliação institucional processual, sistemática e integrada por diversos instrumentos complementares. Quanto aos procedimentos previstos na Lei SINAES há de se legitimar os processos por meio da participação democrática e consciente de todos os envolvidos, especialmente quanto à produção de conhecimento socialmente válido (Machado, 2010).

Algumas universidades como UFLA, UFABC, UNIRIO e UNIFESP destacam a relevância de gerar canais de diálogo permanente, observa-se ênfase na demanda, por parte da UFABC, ao evidenciar em seu mote: “uma vez aluno da UFABC, para sempre aluno da UFABC”; outra IES que

evidencia a cultura de retorno institucional é a UFMG, com seu “Programa Sempre UFMG”. É necessário estabelecer diálogo para conhecer a opinião dos empregadores e de outros setores da sociedade civil organizada, acerca da adequação e da pertinência da formação profissional e cidadã dos graduados (Andriola, 2014).

A UFLA aponta para a necessidade de se investigar ações desenvolvidas por outras IES a respeito do tema, iniciativa admissível na concepção das similaridades existentes entre as diversas instituições de educação superior. Embora princípios fundamentais da lei SINAES como, reconhecimento da diversidade do sistema e respeito à identidade, à missão e à história das instituições, remetam às especificidades das instituições, é preciso reconhecer ações e iniciativas de outras instituições que reflitam o êxito, as boas práticas a serem consideradas como referencial.

Ademais, algumas instituições podem estar desenvolvendo em seus cursos, programas ou faculdades ações pontuais para conhecer a opinião de seus ex-alunos que não são amplamente divulgadas ou conhecidas por toda a comunidade acadêmica mas que representam iniciativas exitosas. Diante disso, a UFJF pretende congrega informações das diversas Unidades Acadêmicas.

Na região Sudeste a universidade que mais detalhou as ações que pretende desenvolver, no interstício de seu PDI vigente, foi a UFSJ, pois descreveu outros objetivos não citados anteriormente por outras IES, como: promover atualização da comunidade acadêmica através da participação em eventos artísticos, culturais e esportivos, oferecer política de benefícios, proporcionar ao egresso espaço para socialização e divulgação de conquistas, premiações e produção artística e literária, proporcionar a participação de egressos em atividades extensionistas, como proponente de cursos de extensão, palestrante/conferencista em eventos acadêmicos e científicos, e como colaborador em atividades de responsabilidade social.

Completando as informações da região Sudeste, observou-se que UFRJ, UFTM, UFVJM e UFF não referenciam ou não descrevem metas, objetivos ou indicadores para o acompanhamento.

A seguir é apresentada a tabela 3 com o resumo das principais ações de implantação e desenvolvimento previstas nos PDIs das universidades federais da Região Sudeste.

Tabela 3. Resumo das principais ações de implantação e desenvolvimento previstas nos PDIs das universidades federais da Região Sudeste.

Ações para implementação	Ações para desenvolvimento
Delinear uma política institucional para egressos	Monitorar a atuação acadêmica e profissional dos egressos
Criar condições para educação continuada dos egressos	Aumentar as ações de extensão com a formação de agentes transformadores com a integração entre discentes e egressos.
Criar encontros periódicos de ex-alunos	Promover atividades de integração academia/sociedade/empresa envolvendo egressos da graduação e pós-graduação
Construir uma base de dados	Manter um canal aberto de comunicação com seus egressos
Levantar dados sobre as ações de outras IFEs a respeito do tema	Promover encontros entre ex-colegas de curso
Aprovar um documento contendo a política institucional de avaliação de acompanhamento de egresso	Desenvolver ações de apoio às coordenações dos cursos quanto ao acompanhamento dos egressos
Realizar pesquisas sobre egressos	Ampliar o debate sobre as relações entre o egresso, mercado de trabalho e campo de atuação
Criar ambientes agregadores para egressos	Fortalecer o vínculo institucional do egresso
Oferecer ao egresso, por meio do Portal, informações atualizadas sobre cursos, atividades como encontros sociais e eventos cívicos, oportunidades de emprego, ações de empreendedorismo, entre outras	Revisar e atualizar planos de curso, induzidos pela avaliação da inserção profissional dos egressos
Criar metodologia de acompanhamento de egresso, de acordo com as orientações do SINAES	Aprimorar os mecanismos previstos nos processos de avaliação institucional

Criar um Portal do Egresso no sítio institucional na web	Manutenção de um Portal de egresso
--	------------------------------------

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2018).

Na tabela 3, observa-se os principais objetivos nos planejamentos para implantar e desenvolver, procurou-se inserir no tabela as ações correspondentes em relação à elaboração e a continuidade das ações propostas, tão importante quanto implantar, é dar sequência, monitorar, superando etapas iniciais e aplicando novas metodologias, procurando adaptar o acompanhamento às características próprias do público-alvo, que difere em cada contexto local e que no decorrer do tempo traz novos olhares e demandas.

A partir do elenco das proposições institucionais dos PDIs, seja por meio da formalização de uma resolução ou da criação de um portal ou mesmo na abrangência de expor metodologias diferentes e inovadoras, verifica-se um elevado empenho em configurar como meta a criação de uma política. A universidade deve estar atenta para, por meio de seu planejamento e atos de gestão, atingir maiores e melhores resultados e permitir que pesquisas sobre egressos sirvam de base para outros planejamentos (Machado, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se com o presente trabalho identificar as ações e metas previstas nos PDIs das universidades federais brasileiras da região Sudeste para o acompanhamento de seus egressos. Além disso, foram verificados aspectos da gestão universitária, planejamento e avaliação institucional no contexto brasileiro, por meio da implantação da Lei SINAES, pois as instituições tendem a incorporar os indicadores de maior peso, que trazem retorno imediato de financiamento e que são efetivamente mais cobrados pelos órgãos reguladores. São tópicos a serem inseridos nos planejamentos, programas e projetos, desta forma existem imensos desafios para institucionalizar o acompanhamento de egressos.

Com o estudo foi possível verificar o empenho das instituições em estabelecer metas e objetivos relacionados em seus PDIs, aspecto positivo pela relevância do macrodocumento em planejamento, que visa a estabelecer as diretrizes e prioridades de alcance a curto, médio e longo prazo.

Portanto, após análise do levantamento nessas instituições, é interessante destacar que a maioria inseriu no PDI o tema, há uma clareza nos objetivos de dois principais grupos, sobretudo nas ações para cumprimento de metas: um grupo que visa à implementação e outro grupo que utilizará novas práticas por já ter implementado e avançado para outras etapas, a presente análise evidencia o detalhamento de algumas universidades em seu planejamento, pois trata-se de um conhecimento já aplicado e institucionalizado.

Ademais, com base neste levantamento, algumas possíveis constatações podem ser feitas, pois são apresentadas ferramentas indispensáveis à manutenção do vínculo: a criação de um canal e de uma base de dados que permita uma comunicação permanente e o acompanhamento da atuação acadêmica e profissional dos alunos.

Por fim, as ações de ensino, pesquisa e extensão inseridas nos diversos segmentos da instituição e dimensionadas por eixos nos PDIs, remetem à especificidade das escolhas com seus objetivos, metas e cronograma claros e ao protagonismo desse documento no planejamento das universidades, incluindo-se o estudo da trajetória profissional e acadêmica de seu graduado.

Contribuições dos Autores: Freire, L. F. S.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual; Souza, K. R.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual. Os autores leram e aprovaram a versão final do manuscrito.

Aprovação Ética: Não aplicável.

Agradecimentos: Não aplicável.

REFERÊNCIAS

- Andriola, W. B. (2014). Estudo de egressos de cursos de graduação: subsídios para a autoavaliação e o planejamento institucionais. *Educar em Revista*, 54, 203-219.
- Batista, Z. N., & Kerbauy, M. T. M. (2018). A gênese da extensão universitária brasileira no contexto de formação do ensino superior. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 13(3), 916-930.
- Batistti, T. S., Preto, V. M., & Heinzle, M. R. S. (2017). Processos avaliativos na Educação Superior: os planos de ensino em análise. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 12(3), 1774-1791.
- Bizerril, M. X. A. (2020). O processo de expansão e interiorização das universidades federais brasileiras e seus desdobramentos. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 13(32), p. 1-15.
- Brasil (1996). Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Available at: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm
- Brasil (2003). Ministério da Educação. SINAES. Bases para uma Nova proposta da Educação Superior. Brasília, 2003. Available at: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/sinaes.pdf>
- Brasil (2004). Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2004. Available: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm
- Brasil (2006). Decreto n.º 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Revogado pelo Decreto n.º 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Brasília: Presidência da República, 2006. Available at: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm
- Brasil (2009). Ministério do Planejamento. Orçamento e Gestão. Produto 4: guia referencial para medição de desempenho e manual para construção de indicadores. Brasília: [s.n.], 2009. Available at: http://www.gespublica.gov.br/sites/default/files/documentos/guia_indicadores_jun2010.pdf
- Dal Magro, C. B., & Rausch, R. B. (2012). Plano de desenvolvimento institucional de universidades federais brasileiras. 2012. *Administração: Ensino e Pesquisa*, 3(3). 427-454.
- Costa, A. G., & Vidal, E. M. (2020). Concepções e implicações da *accountability* educacional no Brasil: o estado da questão (2006-2018). *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 13(32), 1-23.
- Dias, P. H. R. C., Sousa, J. C., & Vieira, C. C. F. (2017). Estratégia institucional: relação entre o PDI, PPI e planejamento estratégico no IFB. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, 21(2), 334-349.
- Dias Sobrinho, J. (2010). Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995 - 2009): do provão ao SINAES. *Revista Avaliação*, 15(1), 195-224.
- Dias Sobrinho, J. (2015). Universidade fraturada: reflexões sobre conhecimento e responsabilidade social. *Avaliação*, 20(3), 581-601.
- Freire, L. F. S. & Mendonça, J. C. A. (2018). Plano de Desenvolvimento Institucional nas universidades federais: os rumos do acompanhamento de egressos. XLII Encontro da ANPAD – EnANPAD. 2018, Curitiba
- GIL, A. C. (2002). Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Altas.
- Inep (2003). Bases para uma nova proposta de avaliação da Educação Superior. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Brasília: INEP. Available at: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/sinaes.pdf>
- Inep (2004). Plano Nacional de Educação: Política de Estado para a educação brasileira. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Brasília: INEP. Available at: http://download.inep.gov.br/download/superior/sinaes/orientacoes_sinaes.pdf
- Inep (2015). Política Institucional de integração e de avaliação do egresso na melhoria da IES. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Brasília: INEP, 2015. Available at: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484109/SINAES+-+Sistema+Nacional+de+Avalia%C3%A7%C3%A3o+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+Superior+Vol+3/4aa14291-0451-4017-b280-19f313eb4116?version=1.0>

Inep (2019). Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas. Brasília: INEP.

LUZ, S. R. (2016). Plano de desenvolvimento institucional – PDI como ferramenta de gestão para os cursos de graduação da universidade federal de Santa Catarina. 2016. 168 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, SC, Brasil.

Machado, G. R. (2010). Perfil do egresso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2010. 338 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Mizael, G. A., Vilas Boas, A. A., Pereira, J. R., & Santos, T. S. (2013). Análise do Plano de Desenvolvimento Institucional das universidades; federais do Consórcio Sul-Sudeste de Minas Gerais. *Revista de Administração Pública*, 47(5), 1145-1164.

Picawy, M. M. (2007). PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, PPI – Projeto Pedagógico Institucional e PPC – Projeto Pedagógico de Curso, entre o dito e o feito, uma análise da implementação em três IES/RS/Brasil. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Soares, M. L.; Melo, P. A. (2017). Processo de formulação de estratégias: um estudo comparativo entre duas Universidades Públicas. *Revista da UNIFEBE*, 1(22), 1-20.

Sobral, M. N., & Ramos, N. (2012). Processo de Bolonha internacionalização do ensino superior. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 5(8), 1-12.

Souza, K. R. (2017). Direito à educação nos países membros do Mercosul: um estudo comparado. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, Brasil.

Recebido: 15 de maio de 2021 | **Aceito:** 3 de agosto de 2021 | **Publicado:** 23 de agosto de 2021



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.